



---

**PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0003904-09.2010.2.00.0000**

**Requerente:** Michell Lotfi Rocha da Silva

Wagner Plaza Machado Junior

**Interessado:** Associação Mato-grossense de Magistrados - Amam

Adauto dos Santos Reis

Adriana Sant Anna Coníngham

Jamilson Haddad

Jeverson Quinteiro

Otávio Vinícius Affi Peixoto

Ricardo Alexandre Riccielli Sobrinho

**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

---

**ESCLARECIMENTO**

Vistos, etc.

1. O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso peticiona nos autos do presente Procedimento de Controle Administrativo n. 0003904-09.2010.2.00.0000, julgado, à unanimidade, por este Pleno, em 05.07.2011, para pedir **reconsideração** da decisão deste Conselho, que determinou ao órgão: *“a) que no prazo de 60 (sessenta) dias dê início aos procedimentos para promover abertura de concurso para o preenchimento das vagas existentes na primeira instância por remoção e promoção; b) observar em relação a cada entrância a ordem cronológica de vacância dos cargos e a forma de provimento”*.

Afirma que tal providência já havia sido cumprida antes mesmo do referido julgamento.

2. As decisões do Plenário são irrecorríveis (RICNJ, art. 4º, inc. XXXVI, § 1º).

Todavia, como alega o requerido, de fato, consta dos autos o edital de remoção n. 03/2011, de 21.03.2011, em que o TJMT torna pública a existência de vagas a serem providas mediante remoção nas Comarcas de Entrância Especial (evento 86, doc91).

Informa o TJMT que o processo de remoção se encontra na Corregedoria-Geral de Justiça, para instrução, nos termos dos arts. 5º a 9º da Resolução n. 106 deste CNJ, e que, findo esse concurso e definidas as vagas remanescentes, dará início à remoção para as demais entrâncias, sucessivamente.

Comprova, ainda, por meio do DOC89 e do DOC91 do e-CNJ, estar na 3ª fase (inscrição definitiva, exame de saúde física e mental, e psicotécnico) o concurso público para provimento de cargos de juiz, que possibilitará o preenchimento dos cargos vagos de juiz substituto na primeira entrância.

3. Diante disso, trago a questão a Plenário, para fazer constar em ata que, quando do julgamento deste PCA, o requerido já havia dado cumprimento ao que fora determinado pelo CNJ.

Por outro lado, observo que o Plenário determinou o arquivamento do processo. Contudo, há necessidade de acompanhar o cumprimento do julgado, aguardando-se que o Tribunal informe, a cada 60 dias, a respeito da publicação dos editais de remoção e, ao final, de promoção, para as demais entrâncias.



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

**Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

**29/03/2014 00:00:00**

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnjinterno/Processo/ConsultaDocumento>

/listView.seam

ID do documento: **804140**



11091318194100000000000803432